

Autonomia plena passa em 1º turno

ENSINO

Foto: Agência de Notícias da Assembléia

Decreto que fixa 9,57% do ICMS para as universidades públicas paulistas pode virar lei

As três universidades estaduais paulistas deram no último dia 11 um importante passo rumo à conquista da autonomia plena. Por unanimidade, a Assembléia Legislativa de São Paulo aprovou, em primeiro turno, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 14/2000, que garante o repasse anual de no mínimo 9,57% da arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). A matéria ainda será submetida a um segundo turno de votações, em data ainda a ser marcada, mas a expectativa, segundo os parlamentares, é de que não haja obstáculos para a sua aprovação definitiva. Com isso, Unicamp, USP e Unesp terão conquistado o direito constitucional de autonomia financeira.

As universidades públicas já vinham recebendo os recursos correspondentes ao percentual de 9,57% sobre o ICMS, com base no decreto nº 29.598 de fevereiro de 1989. A proposta aprovada no último dia 11, de autoria do deputado César Callegari (PSB), deverá garantir, na própria Constituição Estadual, maior segurança para o aporte de recursos financeiros destinados ao ensino e pesquisa. "A iniciativa é pioneira no Brasil. Esperamos motivar outros Estados e o Governo Federal a vincularem recursos para o ensino superior público, assim como estamos fazendo em São Paulo", disse Callegari.

Proposta garante maior segurança para o aporte de recursos

A emenda teve parecer favorável do relator, deputado Sidney Beraldo (PSDB). O deputado Walter Feldman (PSDB), presidente da Assembléia Legislativa, também destacou a importância da matéria. "São Paulo é talvez o único Estado a manter com recursos próprios três universidades públicas. A aprovação em primeiro turno é mais um passo que se dá na tentativa de encontrar soluções jurídico-financeiras para o ensino superior público gratuito e de qualidade", afirmou.

O orçamento da Unicamp para 2002 é de R\$ 623,3 milhões, dos quais R\$ 605,7 referem-se a receitas provenientes do Tesouro do Estado e R\$ 17,6 a receitas próprias. Dos recursos advindos do Tesouro do Estado, R\$ 580,7 correspondem à quota-parte de 2,1958% sobre o ICMS, R\$ 20,1 milhões referem-se aos recursos oriundos da Lei Kandir e R\$ 4,9 milhões estão vinculados ao projeto de expansão de vagas no ensino de graduação.

A transformação do decreto da autonomia e vinculação orçamentária em lei é uma das prioridades do programa do reitor Carlos Henrique de Brito Cruz e vem sendo uma de suas principais preocupações desde que assumiu a Reitoria da Unicamp em abril passado. Visando a acelerar o processo, Brito Cruz e os reitores da USP e da Unesp reuniram-se mais de uma vez, nas últimas semanas, com as lideranças parlamentares da Assembléia Legislativa.



Votação na Assembléia Legislativa de São Paulo: expectativa é de que matéria seja aprovada sem problemas no segundo turno

O esforço, até aqui, deu resultado. Segundo Brito Cruz, "a autonomia com vinculação orçamentária mostrou-se fundamental para a saúde financeira, institucional e acadêmica das universidades estaduais paulistas nos últimos 13 anos. Deu a elas maturidade administrativa, consolidou seus orçamentos e permitiu que projetassem com maior segurança e eficiência o seu futuro. Basta lembrarmos que, ao lado de

expressiva evolução em todos os indicadores acadêmicos, de 1989 até hoje a Unicamp expandiu as vagas oferecidas no vestibular de 1.615 para 2.574 – um crescimento de 59,4%. A Lei, se aprovada, vai assegurar a permanência das garantias conquistadas e permitir que as universidades continuem se desenvolvendo sem sobresaltos e com muito maior tranquilidade", conclui o reitor.

VERBA

Corte nos fundos setoriais causa decepção

Justamente no momento em que o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) anunciava, na primeira semana deste mês, o repasse de R\$ 50 milhões para aliviar a crise financeira no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), uma medida incluída na proposta orçamentária para 2003 voltou a provocar reações entre pesquisadores de todo o País. Dessa vez, as vítimas foram os 14 fundos setoriais que, segundo as metas estabelecidas, só poderão usar R\$ 610,1 milhões dos R\$ 1,1 bilhão previstos em sua receita para o ano que vem. Os outros R\$ 497,8 milhões, que representam 45% do total, ficarão retidos para garantir o superávit primário da União, de 2,8% do Produto Interno Bruto (PIB).

As reações foram imediatas. O presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia na Câmara Federal, deputado Nárício Rodrigues (PSDB-PE), disse ao Jornal da Unicamp que a proposta deverá encontrar resistência no Congresso. "Os fundos setoriais não devem ser usados para ancorar o ajuste fiscal", disse. "Se isso acontecer, será um desvirtuamento", completou. O coordenador do setor de Competitividade da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Mário Bernardini, que também integra o comitê gestor de um dos fundos, reagiu no mesmo tom. "É claro que vamos reclamar. Não tem sentido jogar na vala comum o dinheiro destinado para ciência e tecnologia", disse.

Bernardini pretendia desembarcar em Brasília na última segunda-feira para

R\$ 497,8 milhões ficarão retidos para garantir o superávit primário da União

esclarecer o caso no Ministério do Planejamento. "Precisamos verificar a base legal dessa medida", disse. O diretor científico da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), José Fernando Peres, também reagiu. "Estou chocado", disse. "Isso desvirtua a finalidade dos fundos", afirmou. Já a presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Glaci Zancan, também comentou a medida. "A contenção era prevista", disse. "Mas é evidente que os investimentos em inovação serão diminuídos", completou.

O secretário de Orçamento Federal, Hélio Tollini, confirmou a retenção dos recursos, mas garantiu que a situação é temporária. Segundo sua assessoria, trata-se de uma medida preventiva. De acordo com os técnicos, o fato de o governo "congelar" 45% da verba destinada aos fundos não significa que o dinheiro será usado em outra finalidade. Os recursos, segundo eles, permanecerão no caixa do governo, mas não serão gastos para garantir o superávit de 2,8% do PIB. "Se a situação melhorar, o governo pode voltar a liberar o dinheiro", disse uma fonte do Orçamento Federal.

Pelo regimento do Congresso, a proposta orçamentária deve ser votada até o dia 15 de dezembro, quando termina a ação legislativa do semestre. Entretanto, como se trata de um ano eleitoral, alguns parlamentares já admitem adiar a votação para 2003, em sessão extraordinária. O deputado Nárício Rodrigues também atribuiu ao período eleitoral a dificuldade em mobilizar os parlamentares para



O diretor científico da Fapesp, José Fernando Peres: "Estou chocado",

Foto: Divulgação



Glaci Zancan, presidente da SBPC: "Investimentos em inovação serão diminuídos"

pressionar o governo a liberar mais recursos para o CNPq. "Não há pressão suficiente", disse. "Faltam poucos dias para a eleição e está todo mundo atrás de voto", completou. "O CNPq precisa de

uma ação emergencial", disse a presidente da SBPC. Para Glaci Zancan, os R\$ 50 milhões que serão repassados pelo MCT são insuficientes. "Seriam necessários, pelo menos, R\$ 120 milhões", afirma.